



## O assalariamento indígena e a complexidade da experiência de trabalho no Brasil: a *changa* e seus desdobramentos

Marcilio Lucas<sup>1</sup>

Mauricio Rombaldi<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a inserção de trabalhadores indígenas em ocupações assalariadas, com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre a complexidade da experiência laboral. Problematicam-se os sentidos atribuídos ao trabalho em contextos caracterizados pela coexistência entre formas de exploração e a não incorporação plena de lógicas econômicas modernas. Discutem-se, nesse quadro, os limites e as possibilidades de uma sociologia orientada à interpretação do trabalho e da precariedade. O estudo examina o caso dos Guarani e Kaiowá em Dourados (MS), com ênfase na *changa*, entendida como o trabalho remunerado realizado por indígenas para não indígenas.

**Palavras-chave:** Assalariamento indígena, trabalho, precariedade, Guarani e Kaiowá.

### Indigenous Wage Labor and the Complexity of Work Experience in Brazil: The Changa and Its Unfoldings

1 Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – E-Mail: [marciliolucas@ufgd.edu.br](mailto:marciliolucas@ufgd.edu.br) – <http://lattes.cnpq.br/2209993347354390> - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5211-7089>

2 Universidade Federal da Paraíba – UFPB – E-mail: [mauricio.rombaldi@gmail.com](mailto:mauricio.rombaldi@gmail.com) – <http://lattes.cnpq.br/6381845842896121> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0066-7708>

**Abstract:** *This article analyzes the incorporation of Indigenous workers into wage labor, with the aim of contributing to the debate on the complexity of labor experience. It problematizes the meanings attributed to work in contexts characterized by the coexistence of exploitative relations and the incomplete incorporation of modern economic logics. Within this framework, the article examines the limits and possibilities of a sociology oriented toward the interpretation of work and precarity. The study focuses on the case of the Guarani and Kaiowá in Dourados (MS), with particular emphasis on *changa*, understood as paid work performed by Indigenous individuals for non-Indigenous employers.*

**Keywords:** *Indigenous wage labor, work, precariousness, Guarani and Kaiowá.*

### **El asalariamiento indígena y la complejidad de la experiencia laboral en Brasil: la changa y sus implicaciones**

**Resumen:** Este artículo analiza la inserción de trabajadores indígenas en ocupaciones asalariadas, con el objetivo de contribuir a la reflexión sobre la complejidad de la experiencia laboral. Se problematizan los sentidos atribuidos al trabajo en contextos caracterizados por la coexistencia de formas de explotación y la incorporación incompleta de lógicas económicas modernas. En este marco, se examinan los límites y las posibilidades de una sociología orientada a la interpretación del trabajo y de la precariedad. El estudio aborda el caso de los Guarani y Kaiowá en Dourados (MS), con énfasis en la *changa*, entendida como el trabajo remunerado realizado por indígenas para no indígenas.

**Palabras-clave:** Asalariamiento indígena, trabajo, precariedad, Guaraní y Kaiowá

### **Introdução**

Embora as questões relacionadas aos povos indígenas tenham ganhado maior visibilidade no Brasil nos últimos anos, sobretudo em temas como demarcação de terras, direitos territoriais, meio ambiente e violência contra lideranças, a inserção e a experiência indígena no trabalho assalariado permanecem pouco exploradas no campo da sociologia. O presente artigo analisa a coexistência entre expressões de exploração do trabalho e a não incorporação, por parte dos povos indígenas, de lógicas econômicas modernas, a fim de refletir sobre a complexidade da experiência laboral. Para tanto, analisa-se o emprego da mão de obra indígena em postos de trabalho assalariado em Mato Grosso

do Sul, com foco especial na experiência dos Guarani e Kaiowá na região de Dourados, onde se encontra a Reserva Indígena de Dourados, além de diversas “áreas de retomada”<sup>3</sup>.

Nas últimas décadas, Dourados tem apresentado uma significativa inserção de homens e mulheres indígenas em postos de trabalho assalariado na construção civil, frigoríficos, coleta de lixo, serviços de limpeza, cuidado doméstico, entre outros. Tal inserção está vinculada a um fenômeno histórico mais amplo que remonta às primeiras iniciativas de colonização da região, localmente identificado como *changa*<sup>4</sup>, isto é, o trabalho realizado fora da aldeia mediante algum tipo de remuneração. A inserção mais recente no mercado de trabalho traz elementos novos em relação à *changa* tradicional – historicamente caracterizada por atividades vinculadas à terra, marcadas pela sazonalidade, pelo recrutamento coletivo, que, especialmente nas suas formas iniciais, envolviam mecanismos coercitivos e pagamentos em espécies – ao mesmo tempo em que evidencia a continuidade de um longo e conflituoso processo de “inviabilização do modo de vida tradicional” (Brand, 2001: 69), marcado sobretudo pela expropriação territorial e pelo confinamento da população indígena em reservas.

Tanto na forma da *changa* tradicional quanto em suas expressões contemporâneas, a inserção indígena em atividades fora de seus contextos tradicionais suscita questões complexas aos estudos do trabalho. Além de poder representar um fator de desestruturação da vida comunitária, a *changa* envolve desde mecanismos de exploração cuja violência remete à noção de “acumulação primitiva” – gerando denúncias relacionadas a genocídio, expropriação e trabalho análogo à escravidão – até dinâmicas “modernas” de precarização, exigindo abordagens interseccionais que captem a complexidade da precariedade do trabalho no Brasil. Dito de outra maneira, realidades como essa tensionam a agenda da

3 A população indígena em Mato Grosso do Sul é estimada em 116.346 pessoas (IBGE, 2023), distribuídas entre oito reservas demarcadas, áreas de retomada com conflitos fundiários e, numa tendência mais recente e minoritária, centros urbanos. Considerando apenas os Guarani e Kaiowá, a população no estado ultrapassa 60 mil (Seraguza, 2015), sendo possível inferir que pelo menos um quarto vive na região de Dourados. A realidade dos Guarani e Kaiowá nesse município é tema recorrente em pesquisas acadêmicas, reportagens e denúncias de movimentos e organizações, que apontam um cenário de fome, dificuldade de acesso à água e diversas formas de violência.

4 A palavra *changa* tem origem no espanhol – provavelmente na variante platina – e possui conotação depreciativa, referindo-se tanto aos serviços prestados quanto às retribuições recebidas pelos mesmos, podendo também significar “pequenos negócios” (Almeida, 2001: 159). Em sentido geral, designa “atividades ou trabalhos não assalariados, sistemáticos ou descontínuos, aos quais corresponde uma remuneração” (idem). No entanto, no contexto dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, *changa* refere-se especificamente aos trabalhos realizados por indígenas fora de seus territórios e de suas referências socioculturais tradicionais, isto é, “para terceiros, para os de fora, ou seja, para aqueles que não pertencem ao seu povo” (Rezende, 2011: 24).

sociologia das relações de trabalho e a interpretação do Brasil contemporâneo, ao evidenciar a complexidade das formas de exploração e demandar abordagens que integrem especificidades étnico-raciais e contextos históricos-territoriais na análise da precariedade e dos mecanismos de regulação do trabalho.

Considerando esse contexto, este trabalho busca aproximar a experiência dos Guarani e Kaiowá dos debates acadêmicos no campo das relações de trabalho. Para isso, inicialmente, propõe-se uma recuperação histórica do fenômeno da *changa* na região, desde o final do século XIX até suas manifestações mais recentes, com o objetivo de compreender de que modo a especificidade étnico-racial se articula com dilemas ligados à “proletarização”, na qual se observam redefinições de papéis tradicionais, incluindo aqueles relacionados ao gênero. De modo articulado a esta abordagem, analisa-se como a experiência desses trabalhadores oferece subsídios para refletir sobre o trabalho em sua dimensão simbólica, considerando a constituição de subjetividades, os estigmas associados e a reprodução de desigualdades. Em particular, observa-se que a disputa de sentidos em torno do próprio trabalho exige o redimensionamento e a ressignificação de categorias como precariedade e informalidade, o que impõe desafios adicionais à compreensão de processos contraditórios de adesão e resistência frente aos mecanismos capitalistas de exploração e racionalização do trabalho.

Os resultados aqui apresentados resultam de uma revisão bibliográfica que contempla um conjunto expressivo de estudos sobre as experiências e resistências dos Guarani e Kaiowá na região de Mato Grosso do Sul ao longo das últimas décadas, bem como de 12 entrevistas realizadas entre 2017 e 2024, com o objetivo de apreender trajetórias ocupacionais de indígenas e as percepções associadas às experiências de inserção no mercado de trabalho. Adicionalmente, o estudo contou com a análise de documentos obtidos por meio do Acordo de Cooperação Técnica (ACT nº 3/2013), firmado entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (2ª Vara de Dourados)<sup>5</sup> com o objetivo de identificar as ocupações exercidas por indígenas e compreender as condições laborais a que estão submetidos.

### A *changa*: breve recuperação histórica

As modalidades de *changa* historicamente observadas entre os Guarani e Kaiowá são bastante diversas, embora seja possível identificar certas características gerais ou tendenciais, entre as quais, o fato de se tratar de uma “atividade

5 Esse acordo possibilitou o acesso ao acervo de processos trabalhistas referentes ao período de 1990 a 2006, entre os quais encontra-se aproximadamente 500 ações movidas por trabalhadores indígenas da região.

temporária, sem vínculo e, de um modo geral, sob condições desfavoráveis” (Almeida, 2001: 159). Segundo Almeida, em sentido amplo, a *changa* remete aos primórdios da colonização brasileira e às diversas iniciativas econômicas que se desenvolveram de forma diferenciada nas distintas regiões do país. Na região centro-oeste, pode-se dizer que este tipo de prática se tornou mais intensa a partir do final do século XIX e teve um papel determinante no desenvolvimento local, posto que, em função da ocupação não indígena mais tardia, o processo de ocupação e exploração do território “dependeu principalmente da mão-de-obra indígena”, ou seja, “do conhecimento indígena e do índio como contingente populacional” (Rangel, 1990: 33)<sup>6</sup>.

Mais precisamente no sul do Mato Grosso do Sul, a intensificação da presença não indígena se deu após a guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), já que o conflito despertou a necessidade de consolidar o domínio e a integração dos territórios da fronteira, através da ocupação populacional e do desenvolvimento econômico da região<sup>7</sup>. Esse movimento impulsionou “novas formas de ocupação política e de exploração econômica da região” (Vietta, 2007: 79), tornando a *changa* um fenômeno cada vez mais sistemático e intenso, uma vez que o mesmo processo que expropriava as terras indígenas também gerava ampla demanda por sua força de trabalho, frequentemente mobilizada de forma compulsória. Assim, sob o lema do “progresso” e da “civilização”, buscava-se consolidar um novo projeto de nação por meio da integração territorial, no qual a mão de obra indígena foi amplamente utilizada em atividades como a derrubada de matas, a construção de estradas, a instalação de linhas telegráficas, o incremento da navegação nos rios Paraná e Paraguai e a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (Brand, 1997; Vietta, 2007; Rezende, 2011).

---

6 Rangel (1990: 33) aponta que o processo de ocupação não indígena do território brasileiro envolveu dois movimentos básicos, com impactos distintos sobre os povos indígenas. O primeiro, predominante nas regiões Nordeste e Sudeste, corresponde aos empreendimentos coloniais que se consolidaram em ciclos econômicos intensivos, como os da cana-de-açúcar, ouro, gado e café. Nesses casos, predominou o uso do trabalho escravo africano, com participação secundária e “silenciosa” da mão de obra indígena, que ocupava um papel subordinado em meio a uma tendência mais ampla de extermínio (direto ou indireto) e de deslocamento das populações indígenas para regiões não ocupadas. O segundo movimento, por sua vez, refere-se à ocupação mais tardia e gradual do Centro-Oeste e do Norte, marcada pela mobilização sistemática da força de trabalho indígena.

7 Antes da guerra, o contato interétnico e as modalidades de *changa* limitavam-se a áreas pontuais de ocupação não indígena e às incursões de bandeirantes, missões jesuíticas e expedições exploratórias, comerciais ou militares – incluindo o próprio conflito armado. Nesses contextos, os indígenas, profundos conhecedores da região, prestavam diversos serviços, atuando como guias, intérpretes, informantes e combatentes.

Além da infraestrutura, indígenas da região trabalharam em empreendimentos produtivos ao longo do século XX, com destaque para a Companhia Matte Laranjeira, que atuou na produção de erva-mate entre 1902 e 1952 – sendo até 1943 na condição de monopólio de exploração do território (Ferreira, 2007). Através da mediação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a mão de obra de indígenas foi intensamente explorada, contribuindo para o enfraquecimento da organização social tradicional e aumentando os riscos de novas doenças em função do convívio com trabalhadores não indígenas (Ferreira, 2007: 66). Além disso, as condições de trabalho nos ervais eram precárias em função das intempéries, da ausência de horários definidos e descansos semanais e, principalmente, pelo caráter compulsório e violento que a relação tendia a assumir (Brand, 1997: 69), já que eram utilizados mecanismos de “escravidão por dívidas” (Vietta, 2007: 15)<sup>8</sup>.

Com o fim do monopólio e o declínio gradativo do domínio da Matte Laranjeira, outras atividades foram ganhando espaço na região, especialmente ligados à agropecuária. Desde a virada para o século XX, registrava-se um processo migratório, especialmente de famílias vindas da região Sul em busca de terras, algo que se intensificou a partir da década de 1940, durante o governo Vargas, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no contexto da “marcha para o Oeste”, a qual fazia parte de um projeto mais amplo de integração, urbanização e industrialização do país. A região tornou-se, então, um “campo de disputas violentas entre requerentes de terras” (Pereira, 2012: 126), com migrantes de várias partes do país, agora especialmente do Nordeste, empenhados na ocupação e exploração do território. Nesse processo, a mão de obra indígena foi amplamente mobilizada em múltiplas funções – guias, informantes, vaqueiros, agricultores, coletores de sementes e em atividades como extração de madeira e construção de cercas (Brand e Ferreira, 2009; Rezende, 2011).

Todo esse processo foi acompanhado por duas principais dinâmicas de deslocamento dos povos indígenas: o confinamento nas oito reservas criadas no estado entre 1915 e 1928 e a formação de “aldeias de refúgio” em matas preservadas nos fundos das fazendas onde trabalhavam. A partir da década de 1970, com o avanço da monocultura mecanizada da soja – reflexo local da chamada “revolução verde” –, a demanda por mão de obra diminuiu, enquanto o desmatamento aumentou drasticamente, levando ao progressivo desaparecimento das aldeias

---

8 Ferreira (2007: 81) afirma que era comum que o adiantamento do pagamento através de mercadorias – como roupas, tecidos, calçados, ferramentas, utensílios domésticos, sal, açúcar e remédios industrializados – que não faziam parte do modo de vida tradicional, mas que, cada vez mais, passavam a fazer parte do cotidiano indígena.

de refúgio, com a expulsão das famílias que haviam ocupado essas terras<sup>9</sup>. Apesar dessas transformações, a *changa* não entrou em declínio. Ao contrário, intensificou-se com a expansão da agroindústria canavieira na década de 1980, impulsionada pelo Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado em 1975, que incentivou a instalação de destilarias no Centro-Oeste. A partir de então, o corte de cana tornou-se a principal forma de *changa* na região.

Estima-se que, na década de 1990, entre 8 e 14 mil indígenas tenham trabalhado nesse setor, com a contratação intermediada por lideranças indígenas e pela FUNAI, gerando um importante processo de afastamento sazonal de jovens e adultos – sobretudo homens – de suas aldeias (Rezende, 2011). As condições já precárias do setor agravavam-se no caso indígena, devido à sua maior vulnerabilidade social, o que resultou em denúncias recorrentes de trabalho análogo à escravidão. Além da baixa remuneração e cargas de trabalho exaustivas, registravam-se más condições de transporte e alojamento, trabalho infantil, *truck system* e trabalho forçado (idem, ibidem). No que se refere aos alojamentos, observa-se um aspecto contraditório: trabalhadores indígenas e não indígenas eram separados, em tese, por uma justificativa de preservação cultural. Contudo, essa suposta ‘proteção’ resultava em discriminação, pois as condições dos alojamentos destinados aos indígenas mostravam-se significativamente inferiores (Rezende, 2011: 81).

Em síntese, de meados do século XX até a virada para o século XXI, a contratação de trabalhadores para tarefas ocasionais ou sazonais – em fazendas, empresas agropecuárias e, posteriormente, nas usinas – consolidou-se como a forma típica da *changa* na região. Almeida (2001) destaca que se tratava de uma atividade quase exclusivamente masculina, com registros pontuais da participação de mulheres em contextos específicos. O processo de contratação era realizado pelo fazendeiro ou pelo intermediário – o chamado “gato” –, que procurava o chefe do Posto da FUNAI ou o “capitão” da reserva indígena<sup>10</sup>. A partir desse contato, era definido um porta-voz indígena, responsável por organizar o grupo, coordenar as tarefas e repassar os valores. Na maioria dos casos, era

---

9 Esse processo intensificou os problemas de superpopulação e desorganização nas reservas criadas no início do século, impulsionando, especialmente a partir do final da década de 1970, iniciativas de luta pela recuperação de territórios perdidos e o surgimento das chamadas “áreas de retomada”. Pelo mesmo motivo, também se percebe um deslocamento, ainda incipiente, para os centros urbanos.

10 Tais vínculos de trabalho ocorriam, em geral, por meio de contratações coletivas, sendo raras as exceções em que se dava de forma individual ou em duplas. Essas exceções envolviam tarefas menores e relações marcadas por certa confiança mútua, nas quais o contratante procurava diretamente o trabalhador. Em alguns casos, essas relações se estreitavam a ponto de o patrão tornar-se “compadre” do trabalhador indígena, assumindo, por exemplo, o papel de padrinho de seus filhos (Almeida, 2001: 164).

firmado um “Contrato de Trabalho” entre as empresas e representantes indígenas, com intermediação da FUNAI e previsão do pagamento de uma “taxa comunitária” destinada a melhorias nas aldeias (Almeida, 2001: 161–162). Embora previsse certas garantias aos trabalhadores<sup>11</sup>, o documento tinha pouca efetividade, uma vez que seus termos raramente eram cumpridos na íntegra, servindo mais para conferir uma aparência de proteção e respeito aos direitos básicos (Rezende, 2011: 96).

Segundo Almeida (2011), esse formato de *changa* foi incorporado como parte da organização econômica dos Guarani e Kaiowá contemporâneos, pois, como já apontava Schaden (1974: 39), trata-se de “um dos poucos recursos de que o índio dispõe para obter algum dinheiro” e, assim, acessar determinadas mercadorias. Além disso, a mediação da FUNAI dava certo grau de institucionalização através de contratos com regras básicas e formas de pagamento. Assim, termos como “*changa*”, “contrato” e “fazenda” tornaram-se quase sinônimos no cotidiano da região (Almeida, 2001: 161). No entanto, no final da década de 1990, o modelo de contratação sofreu alterações. As condições precárias e a ausência de registro em carteira passaram a ser alvo de denúncias e fiscalizações por parte do Ministério Público do Trabalho, da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do estado, além de diversas outras entidades. Após um longo processo de audiências e negociações foi firmado, em 1999, o “Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena”, envolvendo as comunidades, o governo estadual e agroindústrias atuantes na região (Rezende, 2011: 109-111). O pacto passou a estabelecer a contratação por meio de Contrato de Equipe, com registro em carteira de trabalho e prazo máximo estipulado para o retorno às aldeias.

Por fim, especialmente a partir do final da primeira década dos anos 2000, a colheita da cana passou pelo processo de mecanização, reduzindo significativamente a demanda por mão de obra, atualmente restrita a áreas onde o maquinário não se mostra plenamente eficaz. Com isso, praticamente encerrou-se uma modalidade de *changa* que, por quase três décadas, mobilizou milhares de indígenas da região. O contingente envolvido era tão expressivo que a mecanização se tornou tema de debates e audiências públicas, expressando preocupações quanto à eliminação de postos de trabalho e ao impacto sobre a renda das famílias. O resultado foi um impulso a uma entrada mais difusa no mercado de

---

11 Entre as definições estavam o fornecimento de erva-mate e os horários reservados para tereré ou chimarrão, alojamentos e grupos de trabalhos exclusivamente indígenas e transporte de volta para a aldeia no final da semana.

trabalho, dando início, assim, a uma nova tendência de inserção indígena no trabalho, fora de seus contextos socioculturais tradicionais. Antes de apresentá-la, contudo, é fundamental aprofundar aspectos relacionados ao choque cultural e simbólico implícito na *changa*, manifestos no dilema da “proletarização”.

## O conflito cultural em torno do trabalho e o dilema da “proletarização”

A tensão entre diferentes lógicas sociais e seus efeitos na organização do trabalho tem sido tema central na análise de contextos coloniais e pós-coloniais. A esse respeito, ao analisar a vida dos trabalhadores assalariados da Argélia, Bourdieu (1979) apresentou o trabalho como lugar privilegiado do conflito entre os modos de vida tradicionais e aqueles impostos pela colonização e seus imperativos de racionalização. Esse conflito implicou a desestruturação de valores e práticas, o descompasso entre disposições subjetivas e as novas exigências objetivas da economia moderna, resultando em práticas ambíguas diante da modernidade, em meio a um processo de proletarização abrupta e empobrecimento. Em região e temporalidade completamente distintas, o caso dos Guarani e Kaiowá revela, também no campo do trabalho, um conflito de ordem material e simbólica bastante expressivo, especialmente se considerarmos que, enquanto as sociedades capitalistas dos séculos XIX e XX foram caracterizadas como “sociedades do trabalho”, os Guarani e Kaiowá poderiam ser compreendidos como “sociedades contra o trabalho”<sup>12</sup>. É por esse motivo que Clastres (1979: 187) afirma que “os Índios foram postos a trabalhar, e por isso pereceram”, enquanto Schaden observa que:

nas transformações que a vida econômica vem sofrendo em virtude do contacto com a civilização *reflete-se talvez mais claramente do que em qualquer outro setor da cultura a desorganização social que se opera na maior parte dos núcleos Guarani da atualidade*” (Schaden, 1974: 37).

Não por acaso, a política indigenista oficial predominante no século XX baseou-se na concepção de que o trabalho seria o verdadeiro agente civilizador, visando a transformação dos indígenas em trabalhadores integrados a um projeto

12 Ao estudar sociedades indígenas do continente americano – excluídas as “altas culturas do México, da América Central e dos Andes” – Clastres apresenta formas de organização social que recusam o “poder” e o trabalho como atividade apartada da vida social. Como consequência, tais sociedades contrariam dois axiomas norteadores da “civilização ocidental”: “o primeiro estipula que a verdadeira sociedade se desenvolve à sombra protetora do Estado; o segundo enuncia um imperativo categórico: é preciso trabalhar” (Clastres, 1979: 187).

de nação (Pereira, 2012: 125)<sup>13</sup> e limitando o princípio do “respeito à cultura indígena” à preservação da língua, de certos rituais e costumes (Rangel, 1990: 35). Apesar do fracasso dessa política, as dimensões a ela associadas ressurgem no que poderíamos chamar de “dilema da proletarização”. Porém, antes de avançar na análise desse embate cultural em torno do trabalho, faz-se necessário algum detalhamento sobre o sentido tradicionalmente atribuído a ele pelos indígenas.

Na economia tradicional dos Guarani e Kaiowá, as atividades que poderiam ser identificadas como “trabalho” – caça, pesca, coleta de alimentos e, principalmente, agricultura – apresentam características bastante distintas dos princípios capitalistas, as quais podem ser organizadas em quatro eixos principais: (1) Enquanto as sociedades capitalistas se consolidaram com a separação entre o trabalho e outras esferas da vida social, nas sociedades Guarani o trabalho é mediado por relações políticas, ideológicas e simbólicas, orientadas para a unidade doméstica. Nessas comunidades, as relações de parentesco constituem, simultaneamente, “forças econômicas” (Souza, 2002: 222). (2) Como consequência desse aspecto, a produção está vinculada à constituição da solidariedade do grupo familiar, sendo regida pelo princípio da reciprocidade. Em vez da lógica da maximização do lucro, prevalece o princípio da “máxima repartição possível” (Melià; Grunberg; Grunberg, 2008: 109), cujo objetivo é a “produção concreta das condições materiais da sua existência que nunca são mera subsistência” (Melià; Temple, 2004: 49). (3) A reciprocidade também abrange uma valoração específica do espaço natural em que se vive e se produz, de modo que a terra, longe de ser uma mercadoria ou mero meio de produção, é compreendida como um “espaço sociopolítico” onde “se dão as condições de possibilidade do modo de ser guarani” (idem, ibidem; Temple, 2004: 20). (4) Em contraste com a lógica da alienação e da racionalização capitalistas, entre os Guarani as atividades laborativas tendem a assumir um caráter cooperativo, lúdico e festivo, manifestado nas práticas do *potirõ* (purixão, ou mutirão) e do *pepy* (convite festivo) (idem, ibidem: 49).

Desse modo, Clastres (1979: 187) observa que os indígenas dedicavam “pouco tempo àquilo a que se chama trabalho” e esse fato gerava profunda reprovação por parte dos primeiros colonizadores europeus. Esse tensionamento evidencia os referenciais culturais e materiais que alimentam os estigmas históricos que identificam, de forma depreciativa e superficial, os povos indígenas

13 Em relação a este aspecto, é emblemático que o SPI, a instituição de “proteção” aos indígenas anterior à FUNAI, tenha sido criado com o nome de “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”.

como “preguiçosos”<sup>14</sup>. No entanto, enquanto o olhar branco-colonizador estigmatiza uma suposta indolência indígena, uma perspectiva centrada nas disposições dos próprios indígenas revela que eles, por sua vez, “estranharam” o trabalho assalariado, manifestando historicamente certo receio em relação ao processo de “proletarização” – considerando seu pertencimento étnico-cultural a uma referência de sociedade sem classes.

Nesse ponto, é pertinente retomar a reflexão de Taussig (2010), que investiga áreas rurais na Bolívia e na Colômbia, onde camponeses indígenas, no primeiro caso, e afro-americanos, no segundo, realizam rituais que associam o trabalho assalariado à figura do diabo. Esses rituais podiam incluir, inclusive, “pactos secretos com o diabo visando o aumento da produção e, conseqüentemente, do próprio salário” (Taussig, 2010: 37). No entanto, embora seja a entidade que sustenta a produção, o diabo “também é visto como um espírito glutão com inclinação à destruição e à morte”, por estar associado a uma forma de produção que é, “em última análise, destruidora da vida” (idem: 38). Essa relação revela uma ambivalência, uma vez que “o ganho monetário a curto prazo sob as novas condições do trabalho assalariado é mais que contrabalançado pelos supostos efeitos, a longo prazo, de esterilidade e morte”.

Essa dinâmica de conflito, expressa em certa aversão ao trabalho assalariado e presente desde os primórdios da colonização, permanece viva na experiência e nas representações de uma liderança kaiowá entrevistada. Segundo seu relato, antes da colonização, não existia entre eles o que hoje se denomina “trabalho”.

Éramos felizes... veio os europeus e vieram com essa história de “trabalho”. Trabalho tinha nem nome. Trabalho para nós indígenas era lazer, comer, as crianças brincar, não era um trabalho que se tinha que trabalhar 12 horas, 15 horas, o trabalho era lazer. Deus nos criou para admirar a natureza, os nomeou de flores da terra, para que admirassem a criação de Deus, a obra que Deus fez (Liderança kaiowá entrevistada).

A mesma liderança rememora um tempo em que as roças eram cultivadas sem grandes sacrifícios, sempre em função das necessidades e acompanhadas por um calendário de celebrações. Por isso, ele defende uma educação “diferenciada”, voltada ao manejo e trabalho na terra, e demonstra – nos seus próprios

---

14 “Foi isso o que espantou, sem dúvida, os primeiros observadores europeus dos índios do Brasil. Foi grande a sua reprovação ao constatarem que rapazolas cheios de saúde preferiam adornar-se como mulheres com pinturas e plumas, em lugar de transpirar nas hortas. Gentes que ignoravam que é preciso ganhar o pão com o suor do seu rosto. Isso era demasiado, e não durou muito” (Clastres, 1979: 187).

termos – uma espécie de aversão à proletarização ao dizer que os indígenas devem evitar ser “peões de prefeitura”. Esse mesmo aspecto aparece na desconfiança de muitos indígenas em relação ao processo de formalização do vínculo trabalhista no corte da cana, que culminou no “pacto” pelo registro em carteira em 1999, mencionado anteriormente. O debate realizado à época revela uma realidade contraditória, de aproximação e estranhamento diante do assalariamento, pois a resistência ao registro na CTPS não partia apenas das empresas, mas também de lideranças indígenas e de entidades como a FUNAI e o Conselho Indigenista Missionário. Alegava-se, conforme documento do inquérito sobre o tema, que o “registro em carteira consubstanciaria desrespeito às tradições indígenas e incentivo ao esfacelamento da vida comunitária”, sobretudo porque se temia que “a anotação da CTPS haveria de obrigar a ficar na destilaria por um prazo muito superior, o que traz desajustes familiares” (Rezende, 2011: 103-108)<sup>15</sup>. No entanto, após anos de embates e audiências, prevaleceu a perspectiva da necessidade de formalização e firmou-se o pacto.

A força do conflito cultural em torno do trabalho levou Schaden (1974) a tratar a *changa* como elemento central de uma “crise aculturativa” vivenciada pelos Guarani, sendo fator de “desorganização econômica de todos os grupos indígenas daquela região, mesmo dos mais conservadores”, responsável pelas “principais causas da desintegração cultural e destribalização dos grupos Guarani” (Schaden, 1974: 39). Para o autor, os trabalhos fora do espaço comunitário geram uma “progressiva individualização” e a assimilação de valores ligados à diferenciação social, conferindo sentido a categorias como “vadio ou trabalhador” e “pobre ou rico”. Além disso, a prática da *changa* tendia a gerar o descuido com as roças comunitárias (idem: 38-39) e a ausência masculina na criação dos filhos (idem: 72)<sup>16</sup>.

Embora Schaden tenha evidenciado efeitos reais da *changa*, sua leitura mostra-se limitada e, em certa medida, superada por abordagens mais complexas e pelos próprios desdobramentos históricos das décadas seguintes, nas quais um número crescente de mulheres e homens Guarani e Kaiowá ingressam no mercado de trabalho sem desconfigurar sua identidade étnica. Por essa razão,

15 O receio em relação à anotação em carteira também era alimentado pela circulação de informações imprecisas, que geravam temor de descontos salariais relacionados à formalização. Além disso, também pesava a possível perda da “taxa comunitária” de 20% dos contratos “informais”, destinada a melhorias nas aldeias.

16 Para reforçar sua crítica à *changa*, Schaden (1974: 179-184) argumenta também que nada sobra dos salários em função dos preços exorbitantes a que os produtos são vendidos aos indígenas, além do fato de muitas vezes o dinheiro obtido ser todo gasto com bebidas. Por isso, ele diz ser comum dizer-se que “a *changa* estraga os índios”.

Crespe (2015: 325) destaca que a compreensão da *changa* como fator de “desintegração cultural” tem sido “substituída por teorias dos contatos interétnicos que procuram representar os índios não apenas enquanto vítimas do processo histórico de contato, mas também enquanto agentes”. A partir desse enfoque, a *changa* revela uma ambivalência semelhante à observada em outro contexto por Taussig: ao mesmo tempo em que ameaça a coesão comunitária, constitui uma necessidade “positiva”, por permitir o acesso a bens que, tornados essenciais pelo contato contínuo com o mundo não indígena, contribuem para preservar e dinamizar a própria vida coletiva, segundo os termos de Almeida (2001: 174). Dessa forma, esse autor se contrapõe à tese da aculturação, reconhecendo que a força de trabalho indígena “sempre participou e teve importância em momentos cruciais da economia da região”, ressaltando, no entanto, tratar-se de uma “presença à margem”, o que preserva os princípios de reciprocidade e solidariedade e evita uma “incorporação totalizadora” da lógica capitalista (idem: 182).

Não se trata de desconsiderar aspectos nocivos da *changa*, os quais são reiterados por relatos indígenas e por outras pesquisas. O próprio trabalho de Almeida (2001: 166) registra que “um aspecto fortemente criticado pelos índios” era o “desligamento dos homens de suas famílias e do cotidiano do *tekoha*”, mencionando uma liderança indígena que se orgulhava de depender pouco da *changa*, obtendo sustento por meio da roça e da criação de animais. Um dos pontos mais recorrentes nos relatos refere-se à crítica àqueles que “não evitavam a *changa*” e, frequentemente, descuidavam de suas roças, sendo comum a censura aos que iam trabalhar fora e “nem mandioca têm para comer”. No entanto, apesar dessa crítica generalizada, Almeida observa que a *changa* era praticada por quase todos os homens adultos<sup>17</sup>, por constituir o principal meio de obtenção de dinheiro e acesso a determinados produtos. Assim, integrada ao cálculo econômico das famílias, a *changa* se tornou uma “variante indissociável da vida Kaiowá e Nãdeva”, sendo, por excelência, a forma pela qual esses indígenas contemporâneos “participam da produção e do consumo no mercado regional”.

17 Para os jovens, a primeira ida à *changa* configura-se como uma espécie de rito de passagem, por marcar o contato mais direto com o mundo não indígena e representar a entrada no grupo dos adultos, com os quais passam a compartilhar experiências. Para muitos, a *changa* viabiliza o projeto de casamento, sendo comum o comentário de que o jovem que começa a trabalhar fora “quer se casar” e está em busca de dinheiro para as panelas (Almeida, 2001: 175). Até por volta dos 40 anos, quando geralmente nascem os primeiros netos, a participação na *changa* tende a ser regular, diminuindo gradualmente a partir de então. O avô passa a se dedicar a tarefas internas ao contexto da aldeia, enquanto os mais jovens assumem a responsabilidade pela *changa*, cujo produto também se insere “nas regras de solidariedade e reciprocidade”, que orientam a distribuição e redistribuição como prescrições do comportamento socialmente aceitável.

Dessa forma, o autor conclui que a *changa* pode ser compreendida como “inerente ao contato, gerada em função das relações interétnicas e voltada para a satisfação de necessidades criadas com o mesmo contato”. Nessa lógica, trata-se de uma “atividade incorporada à sociedade Guarani do Mato Grosso do Sul, tornando-se uma modalidade da relação interétnica que modula e compõe a história desse povo” (idem, *ibidem*: 182). Segundo ele, o caráter sazonal e temporário do trabalho, bem como o fato de que, em geral, os trabalhadores indígenas realizavam suas atividades e se alojavam separadamente dos eventuais trabalhadores não indígenas, contribuía para que a *changa* não promovesse uma ruptura nas formas de vida da aldeia. Isso permite compreendê-la como uma atividade econômica complementar, integrada ao sistema de subsistência, que possibilita a permanência dos Guarani e Kaiowá como sociedade rural, ao evitar sua migração definitiva para os centros urbanos em busca de trabalho. Nesse sentido, a reflexão de Almeida representa uma inflexão importante em relação à perspectiva da aculturação, ao indicar que a *changa*, por seu caráter não regular, constituiria uma estratégia de resistência à proletarianização, garantindo a preservação e a dinamização da cultura Guarani.

Ainda assim, o autor aponta limites para essa dinâmica relativamente equilibrada no caso específico de Dourados, onde a proximidade com o espaço urbano amplia tanto as oportunidades de *changa* quanto o assédio de produtos oferecidos pelo mercado. Soma-se a isso as condições precárias da reserva, marcada pela superpopulação e pela escassez de áreas de cultivo, dificultando que a *changa* se mantenha como atividade complementar ao trabalho comunitário. Além disso, atualmente, num contexto que escapa à análise de Almeida<sup>18</sup>, o ingresso mais regular no mercado de trabalho urbano aprofunda e renova o dilema da proletarianização, com impactos que ainda carecem de aprofundamento analítico. Algumas transformações, contudo, já foram identificadas por pesquisas, destacando-se a diversificação das trajetórias ocupacionais e a redefinição dos papéis de gênero, conforme indicado a seguir.

---

18 O limite temporal da análise do autor é o período da “*changa* típica” nas fazendas, quando a mobilização de indígenas no corte da cana dava seus primeiros passos. O autor aponta que o trabalho nas grandes usinas permite a sobrevivência dos Guarani como “sociedade rural”, mas já aponta um aspecto “proletarizante” nesta relação de trabalho mais regular, reconhecendo que dentro de uma “forma especulativa de focar o futuro dos Guarani, seus *tekohas* se tornariam ‘áreas dormitório’, o que não deixa de ser uma proletarianização” (Almeida, 2001: 181).

## Inserção no mercado de trabalho: diversificação de trajetórias e redefinição de papéis

Nas últimas décadas, observam-se novas dinâmicas de inserção indígena no mercado de trabalho, as quais acompanham a persistência e o agravamento de antigos conflitos e impasses historicamente vivenciados na região. As disputas por território intensificam-se diante da progressiva inviabilização da vida econômica e social nas reservas e da demora na demarcação dos territórios tradicionais, agravando problemas como a pauperização, a violência interna e os ataques a acampamentos indígenas. Paralelamente, com a redução da demanda por mão de obra no corte de cana, emergem novas formas de inserção indígena em empregos remunerados, envolvendo inclusive um número crescente de mulheres. Esses vínculos, geralmente individuais, tendem a apresentar maior estabilidade formal e ocorrem predominantemente em contextos urbanos – como na construção civil, frigoríficos, coleta de lixo, supermercados, serviços de limpeza terceirizada e cuidado doméstico. Tal tendência atualiza dinâmicas históricas e impõe novos desafios analíticos, uma vez que não se trata apenas de novas modalidades de *changa*, mas de formas de trabalho que já não se caracterizam pela sazonalidade nem pelo vínculo com a terra, como nas experiências anteriormente descritas<sup>19</sup>.

Como resultado dessa inserção mais difusa e individualizada no mercado de trabalho, somada à alta rotatividade característica de muitos dos postos ocupados, observa-se uma crescente diversidade de experiências entre os trabalhadores indígenas. Em pesquisa recente sobre trajetórias de trabalhadores indígenas da região da Grande Dourados, Marcelo e Lucas (2024) indicam a diversidade de experiências laborais entre membros da etnia Kaiowá, observando que o contato com o trabalho ocorre ainda na adolescência, inicialmente por meio de atividades informais ou de subsistência desenvolvidas em conjunto com a família. Com o tempo, esses trabalhadores passaram a ocupar diferentes postos assalariados, como costureira, cozinheira, merendeira, cortador de cana, vigia,

---

19 Ainda assim, parte dessas atividades guarda alguma semelhança com as modalidades de *changa* historicamente verificadas, como é o caso do trabalho nos frigoríficos, na construção civil e na roçagem e limpeza de terrenos, posto que, mesmo com diferenças, remetem a atividades diversas realizadas no período da implantação e produção das fazendas. Além disso, a *changa* “típica” continua existindo em situações específicas, como no próprio corte de cana (em áreas não mecanizáveis) e na colheita sazonal da maçã nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quando contingentes representativos de indígenas da região migram para trabalhar nestes estados. Especificamente em relação ao trabalho indígena na produção de maçãs no Rio Grande do Sul, destaca-se o estudo recente de Motta (2025).

operário em frigorífico, colhedor de maçã e, em um dos casos, professor após formação superior.

Em outra pesquisa, Ribeiro (2018) analisa o trabalho na coleta de lixo urbano em Dourados e evidencia a diversidade de ocupações anteriores desses trabalhadores, incluindo corte de cana, diárias em fazendas, roçagem de terrenos urbanos e outros “bicos” sem registro formal. Nesse caso, o estudo aponta uma tendência de maior estabilidade após o ingresso na coleta, o que torna essa realidade emblemática das novas formas de inserção laboral mencionadas. A coleta de lixo urbano na cidade, que envolve pouco mais de uma centena de trabalhadores, é quase integralmente realizada por indígenas – a maioria atuando como coletores e alguns como motoristas. Observou-se que isso ocorre mesmo sem que os editais de licitação da prefeitura e a política de contratação da empresa de limpeza prevejam mecanismos formais de inclusão. Tal fenômeno pode ser explicado por uma dinâmica típica do mercado de trabalho, segundo a qual os postos menos valorizados tendem a ser ocupados pelos grupos mais vulneráveis e com maiores dificuldades de inserção. Por esse motivo, a pesquisa captou uma preferência explícita, por parte da empresa, pela contratação de indígenas, considerados mais dedicados, obedientes e com menores índices de rotatividade no emprego.

Apesar de ser um emprego formal, com possibilidade de maior estabilidade, é importante destacar que se trata de um serviço público realizado por empresa subcontratada, que carrega as condições precárias típicas do trabalho terceirizado, conforme apontado por Druck (2017): baixos salários, desrespeito aos direitos trabalhistas (atrasos de salários, negligência em relação a equipamentos de segurança), más condições de trabalho, com alto risco de acidentes e prejuízos à saúde, além de dificuldades para organização coletiva. Nesse caso específico dos coletores, a pesquisa indicou ainda manifestações de preconceito, desrespeito, invisibilidade e desvalorização relacionadas à sua condição de indígenas. Não obstante toda vulnerabilidade, há relatos de iniciativas de paralisação do trabalho, especialmente em momentos de atraso de salários (Ribeiro, 2018: 85-86)<sup>20</sup>.

A diversificação das possibilidades de inserção e, conseqüentemente, das trajetórias ocupacionais de trabalhadores indígenas desenvolve-se paralelamente ao progressivo aumento da participação de mulheres em atividades assalariadas, promovendo um importante processo de redefinição dos papéis de

---

20 “Com paralisação de coletores, lixo já se acumula nas ruas de Dourados” (<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/sem-pagamento-coletores-param-e-lixo-se-acumula-nas-ruas-de-dourados>).

gênero. Ainda assim, ela ocorre em meio à persistente invisibilização de atividades historicamente desempenhadas por mulheres, bem como a uma marcada divisão sexual da precariedade do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007; Hirata e Kergoat, 2021). No caso dos Guarani e Kaiowá, essas questões adquirem contornos específicos, uma vez que implicam considerar a organização do trabalho e os impactos da *changa* e do assalariamento sobre a divisão de papéis de gênero em suas comunidades.

Como já foi indicado, entre os Guarani e Kaiowá, a *changa* constituiu-se historicamente como uma atividade predominantemente masculina. No entanto, esse fato não está relacionado a uma posição subordinada ou secundária das mulheres na sua organização econômica tradicional, ao contrário: segundo Pereira (2008: 189), os homens kaiowá estariam “condenados” à dependência do *fogo doméstico*<sup>21</sup> controlado pelas mulheres, já que é a mãe indígena quem prepara os alimentos, atua na coleta de frutos e participa ativamente do cultivo, cabendo aos homens, em geral, as tarefas de derrubada, limpeza e plantio do terreno. A esse respeito, o mesmo autor afirma que:

O prestígio da mulher é proporcional ao fogo que mantém e organiza, isto também é verdade para os homens, mas a mulher parece estar sempre mais preocupada com o tamanho e a qualidade da roça, ela vive praticamente entre a casa, o pátio e a roça, enquanto o marido possui maior mobilidade espacial e se dedica mais intensamente a outras atividades econômicas (Pereira, 2004: 204-205).

Menos engajados no cuidado com as roças, os homens tenderam a ficar com as atividades de *changa*, não cabendo à mulher a tarefa – originalmente complementar – de “trazer o dinheiro” (Almeida, 2011: 164). Ainda assim, a presença feminina não pode ser completamente desconsiderada ao longo da história dessas modalidades de trabalho. No caso dos ervais, Ferreira (2007) observa que, em certas ocasiões, as mulheres acompanhavam os maridos e participavam de atividades fora de seus territórios<sup>22</sup>. Já no período da *changa* nas fazendas, Almeida (2001: 164) destaca que mulheres também exerciam trabalho

21 Segundo Seraguza (2013: 28), “o ‘fogo doméstico’, Che Ypyky Kuéra, é uma categoria nativa de organização social cunhada por Pereira (2004: 51), que assim a define: “O fogo constitui a unidade sociológica mínima no interior do grupo familiar extenso ou parentela, composta por vários fogos, interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política. O pertencimento ao fogo é pré-condição para a existência humana entre os Kaiowá. O fogo prepara os alimentos, protege contra o frio e em torno dele as pessoas se reúnem para tomar mate ao amanhecer e ao anoitecer”.

22 Nesses espaços, eram alvo frequente de assédio por parte de homens não indígenas, o que gerava conflitos com trabalhadores paraguaios (Ferreira, 2007: 77-78).

remunerado fora dos contextos tradicionais, como nos serviços domésticos prestados a famílias de chefes de postos da FUNAI ou missionários, além da coleta de sementes de pasto junto a maridos, parentes e crianças. Por fim, já nas últimas décadas do século XX, a presença feminina nos trabalhos fora da aldeia parece ter aumentado, considerando as informações apresentadas por Rezende (2011: 56), em relação ao trabalho nas usinas, que indicam a presença de mulheres em equipes de trabalho, ainda que em proporção pequena em relação aos homens.

A recente diversificação das formas de inserção no mercado de trabalho tem intensificado essa tendência, apresentando um contingente importante de mulheres em postos como limpeza terceirizada, frigoríficos, caixas de supermercado, trabalho doméstico, cuidado de crianças e idosos. Em certo sentido, trata-se de uma inserção laboral semelhante à vivenciada por mulheres não indígenas, concentrada em setores marcados pela terceirização ou informalidade. Como afirma Araújo, essas atividades:

Vêm se constituindo como os novos ou renovados espaços de confinamento da força de trabalho feminina, contribuindo para a incorporação das mulheres sob condições de trabalho precárias, nas quais há uma superposição de novos e antigos mecanismos de segmentação de gênero (Araújo, 2012: 138).

Os relatos de entrevistadas evidenciam as condições precárias que marcaram suas experiências no trabalho doméstico. De três mulheres que atuaram como domésticas e/ou cuidadoras, duas trabalharam de forma inteiramente informal e receberam remuneração inferior ao salário mínimo por longos períodos (cinco anos, no caso de uma; mais de dois anos, no de outra). A terceira teve a carteira assinada apenas após um período inicial de informalidade e baixa remuneração. Uma delas relata ter iniciado esse trabalho aos 15 anos e o descreve como uma motivação para buscar outra realidade, uma vez que era a única forma de conciliar renda e estudo. Os depoimentos revelam percepções diversas sobre as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ainda que suas experiências indiquem situações de precariedade. Uma trabalhadora afirmou não ter enfrentado obstáculos por ser mulher ou indígena – no entanto, descreveu essas ocupações como *bicos* e menciona que, como doméstica, nunca teve carteira assinada e recebia menos de um salário mínimo. Essa perspectiva se diferencia do relato de outra entrevistada, que afirmou ter percebido, ao buscar emprego, certa relutância na contratação, motivada por preconceito por ser indígena, mas também por ser mulher, já que foi questionada sobre a possibilidade de gravidez.

Simultaneamente a essa tendência de precariedade e informalidade fora do território indígena, também se observa a inserção feminina em postos de maior valorização social e realização pessoal, especialmente nos serviços de educação e saúde realizados nas próprias aldeias, em cargos como merendeiras, auxiliares, professoras e agentes de saúde. Embora menos expressiva que a outra tendência apresentada<sup>23</sup>, trata-se de um fenômeno relevante por apresentar uma ambiguidade específica: ao mesmo tempo em que são assalariadas – e, portanto, “externas” ao modo de vida tradicional – tais atividades são exercidas no interior dos territórios indígenas. Nesse contexto, identificou-se um aspecto emblemático: ser indígena pode significar acesso prioritário a postos nos serviços públicos das aldeias, mas constitui um fator de vulnerabilidade na busca por trabalho nas áreas urbanas. A pesquisa também revelou a articulação de experiências distintas ao longo da trajetória profissional, marcada pelo assalariamento mais precário fora da aldeia, utilizado como meio de sobrevivência e de acesso aos estudos, até a “conquista” de um posto mais valorizado nos serviços públicos internos.

De todo modo, seja por uma inserção mais precária fora da aldeia ou mais satisfatória em seu interior, tal tendência impõe rearranjos nos papéis atribuídos aos gêneros. Aprofundando esta dimensão, Seraguza aponta que:

Os novos cenários da vida social, como a aproximação e a intervenção das sociedades não indígenas nas áreas indígenas, evocaram atualizações no cotidiano, na domesticidade e reconfigurações nos “fogos domésticos”. A inserção do trabalho assalariado, com funções exercidas por homens e mulheres, aponta para categorias distintas, como a emersão das mulheres solteiras como trabalhadoras além dos limites da casa, do pátio e da roça, e por vezes, da própria aldeia, como contribuidoras com a sustentação econômica dos “fogos domésticos” (Seraguza, 2013: 42-43).

Assim, um rearranjo importante se percebe na tendência de adiamento da perspectiva de casamento – que ainda continua sendo desejado – para se dedicar ao aprimoramento acadêmico e à vida profissional, atuando em espaços interculturais e convivendo constantemente com instituições não indígenas (idem, *ibidem*: 63). Nesse sentido, a inserção feminina no trabalho assalariado produz uma “reconfiguração da organização social dos Kaiowá e Guarani”, a

---

23 Essa realidade é uma condição bastante específica de mulheres que conseguiram se inserir no frágil sistema de serviços públicos direcionados aos indígenas, muitas vezes lutando para garantir a prioridade na contratação. Conforme relato de uma trabalhadora entrevistada, “na área que a gente atua, a prioridade é que seja professores indígenas, a gente foi na legislação para poder superar essa dificuldade”.

partir da qual “as mulheres ocupam estes caminhos para seguir para o trabalho dentro e fora da aldeia, ir e voltar da escola e participar de atividades lúdicas, públicas ou particulares” (idem, *ibidem*: 163). Por fim, a autora resume:

Estes movimentos na organização social referem-se, de maneira geral, à atuação feminina nos espaços de decisão na parentela, proporcionados diante de sua inserção entre os espaços não indígenas de trabalho, de produção intelectual, de saúde pública, da escola, de trabalho remunerado e de luta indígena, como a luta pela demarcação das terras indígenas no MS, demonstrando a habilidade das mulheres nos trâmites do mundo indígena e não indígena. Com isso, a conjugalidade privilegiada entre os Kaiowa e Guarani é adiada em virtude destes movimentos, ocasionando a elevação do ser solteiro, pouco prestigiado entre estes coletivos, desde que com remuneração e generosidade para com a parentela, desencadeando novos caminhos na vida social destas mulheres (idem, *ibidem*: 168).

Nesse sentido, Pereira já apontara o surgimento de um novo papel e um novo tipo de liderança feminina ao mencionar o caso específico de professoras indígenas:

O salário é considerado uma boa remuneração para o padrão econômico do grupo, além de ser em caráter permanente. Isto reestrutura as relações de gênero no interior do fogo, se o homem não dispõe de um trabalho remunerado, certamente ocupará uma posição subalterna. É comum a mulher assalariada contratar uma irmã ou prima para se encarregar das atividades domésticas de sua casa, dispondo assim de mais tempo para as suas atividades profissionais. A mulher remunerada fez surgir uma nova categoria de líder feminina, remodelando a estrutura política e o formato dos fogos (Pereira, 2004: 73).

As entrevistas realizadas confirmaram que o assalariamento implica um rearranjo nas atividades domésticas, apesar de sinais de sobrecarga para as mulheres: com exceção de uma jovem trabalhadora, que mora com os pais, todas as entrevistadas indicaram serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e reprodutivo. Para dar conta da “dupla jornada”, contam com outras mulheres, como irmãs mais novas, ou com a “ajuda” dos cônjuges – com apenas uma entrevistada enfatizando que o marido “põe a mão na massa” em “um trabalho conjunto mesmo”. Ainda assim, apesar das dificuldades, a experiência com o trabalho assalariado é frequentemente percebida como uma oportunidade de

desenvolvimento de aptidões e de realização pessoal, especialmente por garantir autonomia e independência econômica. Nesse ponto, chamam atenção os relatos da jovem que diz trabalhar para ajudar o pai “e não ficar tão dependente dele” e de uma trabalhadora divorciada que afirmou que a separação não foi um grande problema, pois, pelo fato de ter emprego fixo, “nunca me preocupei com marido”.

Considerando esses aspectos, indica-se que a inserção de mulheres indígenas no mercado de trabalho levanta questões relacionadas à intersecção entre trabalho, gênero e raça/etnia, ao evidenciar condições específicas expressas na limitação dos postos ocupados, na instabilidade no emprego, na dupla jornada e nas dificuldades impostas pelos ciclos de vida familiares e reprodutivos. Por outro lado, esse enfoque interseccional também permite observar novos papéis e ressignificações dentro e fora da aldeia, evidenciando a complexidade da experiência dessas trabalhadoras. É o dilema da proletarização recolocado na perspectiva das mulheres Guarani e Kaiowá.

### Precariedade, informalidade e as particularidades do capitalismo brasileiro

A análise marxiana do processo de proletarização capitalista observa o processo em que trabalhadores passam a vender sua força de trabalho em decorrência de um processo histórico marcado pela violência, no qual indivíduos são compelidos a ingressar no mercado de trabalho como proletários. A esse respeito, a história da *changa* e as trajetórias de trabalhadores indígenas aqui apresentadas não deixam de constituir um “fazer-se” de uma classe no contexto de um capitalismo mundial já consolidado e em um país capitalista periférico, onde “a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (Oliveira, 2003: 43). Como consequência dessa condição periférica, a industrialização, o assalariamento e a proteção social se estabeleceram em condições tardias, parciais e precárias, respectivamente” (Oliveira, 2011: 199). Do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e da formação da classe trabalhadora, isso resulta em particularidades, verificadas em países do “Sul Global” com passado colonial, onde “as fronteiras entre diferentes formas de exploração do trabalho – escravo e ‘livre’, por contratos, autônomo ou assalariado, doméstico ou externo, urbano e rural – se apresentam de forma mais fluida e combinada” (Mattos, 2013: 100), demonstrando a:

Possibilidade de subordinação de outras formas de exploração do trabalho, que não o trabalho livre-assalariado típico, aos imperativos do mercado capitalista, incluindo proletários tipicamente “livres”, escravos e trabalhadores

submetidos a contratos de prestação de serviço com graus variados de compulsoriedade (idem, ibidem: 100).

Nesse sentido, as experiências de trabalho dos Guarani e Kaiowá possibilitam reflexões que ultrapassam o aprimoramento das articulações analíticas entre classe, raça/etnia e gênero, ao contribuírem para a compreensão das particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, evidenciando realidades situadas fora do eixo industrializado do Sul-Sudeste. Dessa forma, é possível lançar luz sobre desigualdades e assimetrias regionais, caracterizadas por relações que articulam o “arcaico” ao “moderno”, desafiando problematizações estabelecidas no campo da sociologia do trabalho em função da complexidade e diversidade das modalidades de exploração laboral. Cabe refletir, primeiramente, quanto à pertinência analítica de noções como a de “precarização” – entendida como o *processo* de redução de garantias e deterioração das condições de trabalho – quando aplicada a trabalhadores que, desde os primórdios da colonização, foram mobilizados para frentes laborais historicamente marcadas por condições absolutamente degradantes. Em certa medida, a noção de “precariedade”, entendida como condição objetiva, também pode ser problematizada à luz da especificidade sociocultural indígena, na qual os critérios de trabalho indigno ou indesejado podem ser interpretados de modo distinto, a exemplo das atividades desempenhadas por indígenas na coleta de lixo<sup>24</sup> ou da situação das trabalhadoras indígenas empregadas nos serviços de educação e saúde dentro das aldeias, cujos contratos poderiam ser considerados “precários” – em comparação ao regime estatutário – mas, nessa realidade específica, são fatores de distinção, considerando as oportunidades de renda comumente acessadas e a satisfação proporcionada por prestar um serviço na própria aldeia.

Ainda assim, quando se compara com a realidade de trabalhadores não indígenas, revelam-se condições de trabalho situadas nos patamares mais extremos da precariedade historicamente observada no país. Nada mais emblemático do que a situação, mencionada anteriormente, dos alojamentos oferecidos aos indígenas no corte da cana: mesmo em um setor amplamente associado à superexploração, os trabalhadores indígenas recebiam condições ainda mais precárias em comparação aos não indígenas. Também é representativo o relato de uma trabalhadora de um frigorífico, outro setor igualmente marcado pela

---

24 A pesquisa de Ribeiro (2018) indica que os indígenas não compartilham a estigmatização negativa, presente no imaginário não indígena, em relação ao trabalho com o lixo. Pelo contrário, a dinâmica da coleta de lixo envolve dimensões e desafios que remetem a aspectos do trabalho tradicional, como a dimensão coletiva, o deslocamento pelo território e a atividade física.

precariedade, que ouviu de sua supervisora que “por eu ser uma indígena, eu não tinha direito de nada” (Porto; Galhera e Johnson, 2022: 99). Esse estigma étnico-racial constitui um aspecto distintivo da precariedade vivenciada pelos trabalhadores indígenas, configurando processos de violência simbólica que atualizam o estigma histórico dos indígenas como “preguiçosos”. Na realidade aqui apresentada, observa-se, de forma recorrente, essa adjetivação pejorativa dos indígenas, adicionalmente vinculada ao consumo de bebidas alcoólicas (Ribeiro, 2018; Marcelo e Lucas, 2024), compondo uma terceira camada de um processo histórico de violência, no qual se entrelaçam *expropriação*, *exploração* e *estigmatização*.

Disso resulta uma situação contraditória: ao mesmo tempo em que são tachados de indolentes, os trabalhadores indígenas foram e são mobilizados para os trabalhos mais pesados. Desde o período da colonização da região até a inserção mais recente no mercado de trabalho, sua atuação tem se concentrado em ocupações tipicamente manuais, caracterizadas por alta intensidade física e baixo reconhecimento social. Esse contrassenso não passa despercebido por esses trabalhadores, como revelou um coletor de lixo: “isso, de olhar pra nós diferente, acontece mesmo, mas fazer o quê? É só não importar e seguir trabalhando, *se nós não trabalha*, fala que é preguiçoso, não entendo esse povo não” (Ribeiro, 2018: 91).

Para além do debate da precariedade, a *changa* e seus desdobramentos instigam também o diálogo com outro tema clássico dos estudos do trabalho: a informalidade. Desde o início dos anos 1970, o debate em torno da informalidade – seja como “setor” ou como “atividades” – tem sido marcado por múltiplos significados (Barbosa, 2011). Nessa trajetória conceitual, o termo “informal” ora designava atividades mais autônomas, situadas à margem da lógica capitalista, ora, sob uma perspectiva crítica, referia-se a um conjunto de práticas subordinadas ao capital, exercendo papel funcional nos processos de acumulação na medida em que proporcionava situações de exploração mais intensa que o emprego formal. Como resultado, o trabalhador informal ora era representado como um agente autônomo, ora como integrante de um subproletariado intensamente explorado.

Sem a pretensão de tomar parte nesse complexo debate, é possível dizer que a *changa* evidencia aspectos contraditórios, dialogando com as duas perspectivas mencionadas. De um ponto de vista, ela representa uma relação de superexploração da força de trabalho indígena, essencial no processo de desenvolvimento capitalista da região. Através dessas relações laborais informais/desprotegidas e com níveis diversos de compulsoriedade, efetivaram-se empreendimentos de

infraestrutura e diversos ciclos produtivos do setor agroindustrial até a consolidação do agronegócio contemporâneo. Nesse sentido, a *changa* seria um polo *antagônico* em relação aos trabalhos coletivos/tradicionais, “como a roça tradicional (*kokue guasu*) e as colheitas a nível comunitário” (Porto, Galhera e Johnson, 2022: 97).

Diante disso, sustenta-se a tese de Almeida (2001) de que a *changa*, justamente por seu lugar “à margem”, isto é, por sua “informalidade”, deve ser compreendida como um fator que impede a “incorporação totalizadora” da lógica capitalista, configurando-se como elemento complementar ao trabalho comunitário tradicional dos Guarani e Kaiowá. Nessa perspectiva, a *changa* assegura o acesso a determinadas mercadorias sem exigir a adesão integral ao modo de vida e de trabalho capitalistas, funcionando simultaneamente como estratégia de preservação de princípios tradicionais e de dinamização cultural.

Nesse ponto, torna-se relevante retomar um aspecto central dos debates sobre a informalidade, especialmente em contextos periféricos, a fim de compreender a dinâmica capitalista que preserva traços à primeira vista contrários à sua própria lógica. Como a informalidade e a precariedade são traços históricos e estruturais do capitalismo periférico, até os anos 1970, foram comuns interpretações que reproduziam a ideia de uma realidade dualista, composta por um segmento “moderno” – capitalista, eficiente e formal – e outro “atrasado” – pré-capitalista, informal, tradicional, composto por “populações marginais” (Oliveira, 2011: 199). De um lado, a modernidade capitalista, representada por empreendimentos estatais e privados, baseados na relação salarial e, de outro lado, uma realidade arcaica, marcada pela informalidade e pela pobreza. Esquemáticamente, nessa perspectiva, o avanço do polo moderno constituiria a solução para superar o “atraso” brasileiro. No entanto, como aponta Oliveira (2003: 60), a expansão do capitalismo no Brasil se dá justamente “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”, o que exige uma análise processual, simbiótica, capaz de evidenciar um *continuum estrutural* por trás do aparente dualismo<sup>25</sup>. Esta imbricação entre o tradicional e o moderno também pode ser pensada para a trajetória da *changa*, já que a remuneração era vista como um componente complementar, que permitia acesso

---

25 Segundo o argumento de Oliveira (2003), a exclusão da maior parte da população – trabalhadores rurais e informais da “economia de subsistência urbana” – da regulamentação trabalhista não representava um resqúicio arcaico ou uma disfuncionalidade no padrão de acumulação brasileiro, pelo contrário, era o seu “segredo”. Isso porque, desde os anos 1930, o aparente “atraso” se articulou de forma funcional ao processo de expansão capitalista, na medida em que contribuía para a redução do custo de reprodução da força de trabalho e para o rebaixamento ou contenção dos salários nos setores industriais.

a mercadorias específicas, enquanto o restante das necessidades de reprodução dos trabalhadores era garantido por meio de trabalhos comunitários internos.

A *changa*, nesse sentido, revela o caráter não dualista do desenvolvimento capitalista regional e nacional, uma vez que os trabalhadores indígenas, longe de se encontrarem à margem, exerceram papel significativo como força de trabalho superexplorada no projeto “modernizador” iniciado no final do século XIX e intensificado a partir do governo Vargas. Estado e capital, símbolos da modernidade capitalista, não apenas se valeram da *changa* em seus empreendimentos, como a produziram e a remodelaram em cada etapa – com a intermediação dos órgãos de “proteção” dos indígenas: o SPI e, posteriormente, a FUNAI. De um lado, o Estado e o capital impulsionavam o projeto colonizador e desenvolvimentista; de outro, os indígenas eram expulsos de seus territórios e mobilizados para atividades precárias e totalmente desprotegidas. Além disso, considerando que o processo de “desbravamento” e de desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste – tendo a “marcha para o oeste” como seu símbolo maior – constituiu o “outro lado da moeda” do projeto de modernização brasileiro, a exploração dos Guarani e Kaiowá expressa as especificidades regionais no interior da própria singularidade do desenvolvimento nacional, evidenciando formas locais próprias dentro da “originalidade” brasileira.

Em síntese, a *changa* configura-se como um fenômeno que expressa uma simbiose particular entre o modo de vida indígena e as dinâmicas capitalistas de produção, revelando a complexidade e as especificidades do desenvolvimento capitalista brasileiro. Nesse ponto, chama atenção a semelhança terminológica entre as análises de Almeida (2001), focalizando a experiência da *changa*, e de Oliveira (2003), cujo enfoque são aspectos históricos e estruturais do desenvolvimento capitalista brasileiro. Enquanto o primeiro identifica as modalidades de *changa* como “intersecções, pontos de encontro entre duas formas econômicas” que produzem um “paralelismo de sistemas econômicos”, o segundo caracteriza o desenvolvimento capitalista brasileiro apontando uma “integração dialética”, uma “unidade de contrários” ou “uma simbiose” entre o tradicional/pré-capitalista e o moderno/capitalista – conduzindo posteriormente à metáfora do “ornitorrinco” para expressar tais “combinações esdrúxulas” (Oliveira, 2003: 125). Em ambas as perspectivas, articulam-se dois mundos aparentemente dissociados, o que contribui para a compreensão do desenvolvimento regional, das dinâmicas nacionais e de suas contradições.

À primeira vista, pode parecer que essa simbiose particular entre o tradicional e o moderno tenha entrado em declínio na virada para o século XXI, diante da tendência de formalização do trabalho indígena e da inserção mais difusa e

diversificada no mercado. De fato, como indicado, a redução da *changa* típica – informal, sazonal e vinculada ao trabalho rural – em favor de uma inserção mais urbana e regular suscita novas questões, ambivalências e contradições. No entanto, trata-se sobretudo de uma atualização de dinâmicas históricas, uma vez que a formalização não elimina necessariamente a precariedade real. Salvo o assalariamento nos serviços públicos internos à aldeia, os postos de trabalho ocupados – em sua maioria em atividades terceirizadas – continuam marcados pela desvalorização, pela falta de autonomia e pela invisibilidade que marcam o contexto neoliberal de desregulamentação do mercado de trabalho.

A crescente informalização das relações formais de trabalho, ou, nas palavras de Oliveira (2011: 216), a “incorporação de momentos informais nas relações mantidas como formais”, decorrente dos processos de financeirização e reestruturação produtiva das últimas décadas do século XX, introduz insegurança e precariedade nas próprias relações formalizadas. Assim, configura-se uma realidade paradoxal: embora o acesso a vínculos formais seja cada vez mais efetivo, os benefícios da formalização tornam-se progressivamente ilusórios. Nesse sentido, o que se observa não é propriamente uma aproximação entre a inserção indígena e as relações salariais protegidas, mas sim a desintegração das garantias que aproximam o assalariamento, ainda que “formalizado”, de fenômenos considerados “atípicos”, análogos à *changa*.

## Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a inserção dos trabalhadores indígenas Guarani e Kaiowá em ocupações assalariadas, contribuindo para o debate sobre a complexidade da experiência do trabalho e da sua regulação, ao considerar especificidades étnico-raciais e contextos histórico-territoriais. Refletiu-se sobre os sentidos atribuídos ao trabalho por indivíduos cujas experiências são marcadas pela coexistência de formas de exploração com a não incorporação de lógicas econômicas modernas. A partir de uma abordagem que articula contribuições da história e da etnologia indígena, com ênfase nas dinâmicas específicas do sul de Mato Grosso do Sul, discutiram-se os desafios impostos à análise das relações de trabalho diante de realidades que tensionam problematizações tradicionalmente voltadas para os fenômenos urbanos e rurais no país.

Nessa perspectiva, a análise da *changa* revela relações de trabalho originais que resultam da simbiose entre formas de vida tradicionais e a inserção subordinada no mercado de trabalho. De um lado, esse fenômeno remete a uma característica do desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado pela

interpenetração entre relações laborais arcaicas e modernas, nas quais o trabalho desprotegido é percebido de diferentes formas. De outro, as práticas e percepções em torno da *changa* refletem a articulação entre lógicas indígenas e condições sociais estabelecidas em meio a padrões de assalariamento típicos das economias capitalistas. Em especial, isso se manifesta em estratégias de resistência e adaptação mobilizadas pelos indígenas, em um ambivalente processo que preserva e renova suas formas próprias de vida.

A *changa* exprime, de maneira concreta, os efeitos da gradativa inviabilização do modo de vida Guarani e Kaiowá, resultante da expropriação territorial e da violência social. Ao mesmo tempo, revela as respostas ativas desses povos, que reconfiguram suas práticas e significados diante da expansão da lógica capitalista. Trata-se de uma modalidade de trabalho que desafia classificações binárias acerca da precarização, ao apontar para zonas híbridas da experiência laboral, nas quais a precariedade é percebida de forma particular em razão das especificidades da condição indígena.

De modo particular, realidades como essa tensionam a agenda da sociologia das relações de trabalho e os modos de interpretar o Brasil contemporâneo, ao evidenciar a complexidade das formas de exploração e da precariedade, e demandar abordagens que integrem as especificidades étnico-raciais e os contextos históricos-territoriais na análise da precariedade e dos mecanismos de regulação do trabalho. As formas de inserção laboral indígena revelam que a precariedade não pode ser apreendida apenas como perda de direitos em relação a um modelo formal idealizado, mas como uma condição histórica e estrutural, marcada por camadas de exclusão e subalternidade que remontam à colonização e se reproduzem de forma atualizada no mundo do trabalho.

Nesse cenário, é fundamental reconhecer o protagonismo dos trabalhadores indígenas na formulação de estratégias de sobrevivência em contextos adversos. A *changa*, com sua longa trajetória e múltiplas configurações, deve ser compreendida não apenas como marca da exploração, mas também como expressão da agência indígena, que recusa uma assimilação integral ao sistema capitalista ao mesmo tempo em que nele se engaja de forma seletiva. Dessa forma, ao deslocar o olhar da sociologia das relações de trabalho para experiências historicamente marginalizadas, este estudo reforça a necessidade de uma reorientação epistemológica do campo, capaz de incorporar múltiplas formas de trabalho e de subjetividade que escapam aos referenciais modernos-ocidentais, contribuindo, assim, para a construção de uma sociologia do trabalho mais plural, crítica e atenta às desigualdades históricas que conformam o mundo laboral no Brasil.

## Referências

- ALMEIDA, Rubens. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2001.
- ARAÚJO, A. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, I.; LEITE, M. (Orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo, Annablume, 2012, pp. 135-172.
- BARBOSA, Alexandre. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa, UFPB, 2011, pp. 105-159.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- BRAND, Antônio. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese de doutorado, História, PUC/RS, 1997.
- . “O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. *Tellus*, Campo Grande, ano 1, n. 1, 2001, pp. 67-88.
- BRAND, Antônio; FERREIRA, Eva. Os Guarani e a erva mate. *Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 19, jan./jun. 2009, pp. 107-126.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- CRESPE, Aline. Mobilidade e temporalidade Kaiowá: Do Tekoha à Reserva, do Tekoharã ao Tekoha. Tese de Doutorado, História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.
- DRUCK, Graça. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V.; LOURENÇO, E. (Orgs.) *O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo, Outras Expressos, 2017.
- FERREIRA, Eva. A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952). Dissertação de mestrado, História, Universidade Federal da Grande Dourados, 2007.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*. Paraíba, v. 1, n. 53, 2021, pp. 22-34.
- . Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez., 2007, pp. 595-609.

- MARCELO, Naiely; LUCAS, Marcilio. A inserção indígena no trabalho assalariado: reflexões a partir de trajetórias de vida. In: SCAVO, D.; LUCAS, M.; SILVA, M. (Orgs.). *Dimensões e crises no Brasil atual*. Curitiba, Appris, 2025, pp. 105-123.
- MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n. 21, 2 sem. 2013, pp. 80-117.
- MELIÀ, Bartomeu; GRUNBERG, Georg; GRUNBERG, Friedl. *Pai - Tavyterã: etnografia Guarani el Paraguay Contemporâneo*. Assunción, CEADUC/CEPAC, 2008.
- MELIÀ, Bartomeu; TEMPLE, Dominique. *El don, la venganza y otras formas de economía guarani*. Assunción, Centro de Estudios Paraguayos, Antonio Guasch, 2004.
- MOTTA, Graziela da Silva. *Terra, trabalho e maça: a caixa preta do trabalho indígena*. São Leopoldo, Oikos, 2025.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa, UFPB, 2011, pp. 105-159.
- PEREIRA, Levi. 2004. *Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, Universidade Federal de São Paulo, 2004.
- . A socialidade da Família Kaiowa: relações geracionais e de gênero no microcosmo da vida social. In: *Temáticas. Revista dos pós-graduandos em Ciências Sociais IFCH*. Campinas, Ano 16, número 31/32, 2008, pp. 177-201.
- . Expropriação dos territórios kaiowá e guarani: Implicações nos processos de reprodução social e sentidos atribuídos às ações para reaver territórios - tekoharã. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 2, jul.-dez., 2012, pp.124-133.
- PORTO, Jaqueline; GALHERA, Katuscia; JOHNSON, Felipe. Exército industrial das reservas: proletarianização marginal Guarani e Kaiowá e neointegracionismo no Mato Grosso do Sul. In: FAISTING, A.; GALHERA, K.; SILVA, M. *Fronteiras da Sociologia: novas epistemologias no Mato Grosso do Sul*. São Paulo, LiberArs, 2022, pp. 85-105.
- RANGEL, Lúcia H. Índios brasileiros: despossuídos da terra, mão-de-obra marginal. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, Fundação SEADE, jul./dez. 1990, pp. 32-35.
- REZENDE, Simone. Potencialidades do desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani Cortadores de Cana-de-açúcar da aldeia Te'yikue. Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2011.
- RIBEIRO, Claudinéia Rodrigues. Inserção étnica no mercado de trabalho: a participação dos trabalhadores indígenas na coleta de lixo no município de Dourados-MS. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo, EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.
- SERAGUZA, Lauriene. *Cosmos, Corpos e Mulheres Kaiowa e Guarani – De Aña a Kuña*. Dissertação de mestrado, Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.
- . *As Donas do Fogo: política e parentesco nos mundos guarani*. Tese Doutorado, Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2022.
- SOUZA, José Otávio. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, dez. 2002, pp. 211-253.
- TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo, Editora Unesp, 2010.
- VIETTA, Katya. *Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2007.

Data de recebimento: 28 de agosto de 2025

Data de aceite: 18 de dezembro de 2025

### **Como citar este artigo:**

- LUCAS, Marcilio; ROMBALDI, Mauricio. O assalariamento indígena e a complexidade da experiência de trabalho no Brasil: a *changa* e seus desdobramentos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.16, p. 1-30, e1454, 2026, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v16.1454>